



Maurílio Castro de Matos*

<https://orcid.org/0000-0003-2425-9802>

1) A Covid-19 intensificou as contradições postas na realidade social, econômica e ambiental, acirrando as expressões da questão social. Como você analisa essa intensificação, as novas demandas e as requisições para o trabalho profissional?

O Serviço Social é uma profissão – estando a sua direção em permanente disputa – e conforme suficientemente abordado por diferentes analistas realizou uma ruptura com o conservadorismo que marcou as suas origens, entretanto isso não quer dizer que o conservadorismo evaporou, ao contrário esse modo de pensar e agir é *modus operandis* da sociedade de classes, está aí e como o Serviço Social é uma profissão inserida nesse chão histórico, é óbvio que o conservadorismo permaneceu e permanece entre nós. Entretanto, o que se costuma ressaltar e temos total acordo, é que desde fins de 1970 a profissão vem construindo um projeto inovador, radicalmente comprometido com a justiça social, os direitos humanos e contrário a todas as formas de opressão, que vem dando a direção a profissão desde então. No entanto, a construção e a afirmação desse projeto – desde fins de 1990 denominado projeto ético-político do Serviço Social – não veio acompanhado da suficiente crítica do conservadorismo negado, como vem chamando a atenção a professora Marilda Iamamoto.

A ausência da crítica ao conservadorismo do passado profissional vem pondo questões na contemporaneidade para a profissão, vide que muitos dos (des)valores conservadores estão impregnados nas orientações programáticas das políticas sociais, uma mediação fundamental para o trabalho de assistentes sociais.

Como se não bastassem esses desafios, desde o contexto que antecedeu o golpe jurídico-parlamentar-midiático que afastou a presidente Dilma Rousseff, e que culminou com a posse de Jair Bolsonaro, em 2019, na presidência da república, tem tido o avanço do projeto neoliberal,

* Assistente Social. Doutor em Serviço Social. Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). R. São Francisco Xavier, no. 524, Maracanã, Rio de Janeiro (RJ), CEP.: 20550-013. E-mail: mauriliomatos@gmail.com.

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n41p415-422



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

que agregada a agenda Chicago Boys de Paulo Guedes, trata-se de um novo estágio que pode ser entendido como o ultraneoliberalismo.

Para o avanço da sua agenda ultraneoliberal e, conseqüente disputa pelo fundo público, faz-se necessário a exclusão formal do direito formal a ter direito, daí consegue se entender a agenda neofascista do presidente da república e de seus seguidores. Assim, quando o presidente diz que o governo não deveria arcar com tratamento em saúde com aqueles que se infectaram por HIV devido a sua *responsabilidade*, quando desmarca áreas de populações originais e quilombolas, quando desmonta a política para a saúde mental proposta pela reforma psiquiátrica e estimula tratamentos (como eletroconvulsoterapia) e serviços (como Comunidades Terapêuticas) sem comprovação científica, não está sendo apenas fascista, mas também buscando garantir na lei a exclusão de amplos segmentos a ter direito e com o conseqüente remanejamento de recursos para as necessidades do capital.

Por isso criticamos que é rasa a importância a crítica de segmentos da esquerda de que quando o presidente e seus seguidores falam contra os direitos da população LGBTQIA+, quilombola, indígena etc, se trata de uma cortina de fumaça. Algumas dessa falas podem até ser feitas com a intenção de desviar a atenção para alguma ação do governo, mas não são aleatórias, integram o mesmo projeto político de devastação dos direitos da classe trabalhadora, entendido na sua diversidade. Portanto, todos os direitos dessa classe são urgentes e necessários. Em um artigo que escrevemos com Maria Elizabeth Borges¹, afirmamos o ultraneoliberalismo de Bolsonaro é (contra)face do seu ultraneoliberalismo. Ambos fazem parte da mesma moeda.

É nesse contexto que Assistentes Sociais vão trabalhar: nos empecilhos cotidianos e históricos de garantia dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988 desde a sua promulgação hiperdimensionados com a agenda ultraneoliberal imposta na atualidade. Enquanto o Congresso Nacional debate e redebate sobre o valor do auxílio emergencial, as/os profissionais do Serviço Social conhecem bem de perto as agruras a que os estratos da classe trabalhadora com menor remuneração passam para aplacar a fome que os consome há dias com os biscates conseguidos. Enfim, o Brasil que muitos brasileiros/as não conhecem – do trabalho precário, da moradia insalubre, das violências, da fome etc – as/os assistentes sociais conhecem. Sob os olhos desse/a profissional, as informações coletadas, registradas em formulários / fichas sociais / prontuários, os encaminhamentos prestados e o trabalho educativo não são dados, são vidas em movimento que resistem e por isso também são rebeldes. Portanto, a categoria profissional sabe da importância do Estado e de suas políticas no enfrentamento as expressões da questão social, ainda que reconheçam a impossibilidade destas acabarem com a desigualdade social.

Nessa direção é compreensível, e digna de admiração, a intensa participação de parte da categoria de Assistentes Sociais na Frente Nacional contra privatização da Saúde e nos fóruns estaduais e regionais. Essas instancias – que agregam militantes, usuários/as e trabalhadores/as do SUS (Sistema Único de Saúde) – há mais de dez anos, tem sido fundamentais na luta pela saúde como direito e dever do Estado, na direção proposta pelo movimento da reforma sanitária.

¹ BORGES, Maria Elizabeth S.; MATOS, Maurílio Castro. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil da atualidade. In: BRAVO, Maria Inês S.; MATOS, Maurílio Castro; FREIRE, Silene de Moraes (orgs.). **Políticas Sociais e Ultraneoliberalismo**. Uberlândia: Navegando, 2020. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-pol%C3%ADticas-sociais-e-ultraneol>. Acesso em 26 jun 2021.

Falo tudo isso para dizer que acredito que certamente **toda e todo** Assistente Social que trabalha no Brasil, quando em fins de 2019 ouvia as informações de prevenção da Covid-19 de higienização das mãos e uso de álcool em gel, e em caso de sintomas de se orientar a pessoa a ficar trancada no quarto e usar apenas um banheiro, se perguntava: cômodos de uso exclusivo, água e dinheiro para comprar álcool em gel, quem das pessoas que atendo tem essas condições?! Ali já estava posto que quando esse vírus aqui chegasse, teríamos mais desafios ainda.

2) Em meio às novas requisições como você avalia as condições éticas e técnicas no trabalho profissional nesses tempos de pandemia?

Desde o início da pandemia muitos de nós já indicávamos a hipótese de que possivelmente poucas seriam as novas requisições postas à profissão, prevendo a tendência de uma reciclagem de persistentes e equivocadas requisições. Nessa direção que indiquei a época que era necessário se reapropriar constantemente do acúmulo ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo da profissão, inclusive relendo-os com olhos livres – numa remissão poética a Oswald de Andrade – de quem vivencia a pandemia. Tal reapropriação, passava pela ideia de que a profissão já teria acúmulos para a maioria das respostas a serem dadas.

Ao mesmo tempo em que compartilho da necessidade de uma formação generalista em Serviço Social, entendo que assistentes sociais se inserem em diferentes processos de trabalho e que em cada um destes terão particularidades que precisam ser captadas. Assim, penso que o desafio de analisar o trabalho de assistentes sociais está em conjugar a compreensão do que diferencia essa profissão na divisão social e técnica do trabalho, aliado a uma compreensão das particularidades das requisições a depender do espaço de trabalho. Por sua vez esse espaço de trabalho tem características próprias – ainda que não específicas – da gestão, das políticas sociais, da população usuária, do objetivo fim da instituição, do trabalho com outras profissões e etc. Assim, penso que podemos garantir uma análise da profissão na sua totalidade, sem perder a sua particularidade. Nesse sentido que a questão social e suas inúmeras expressões se configuram como o elo entre tais particularidades da relação da profissão como Estado e este com as classes sociais.

Esse ponto de vista, penso que auxilia a perceber que o Serviço Social foi e está sendo uma profissão fundamental no enfrentamento a Covid-19. Num país, conhecido por sua imensa desigualdade social, uma pandemia como essa – mesmo que tivesse sido assumida na sua magnitude pelo governo federal – necessariamente implicaria o trabalho de assistentes sociais. Pois, para garantir distanciamento social e intensa higienização, conforme as principais medidas de prevenção até hoje apregoadas, fez-se necessário: acesso a informações numa linguagem adequada, educação em saúde, acesso a benefícios e auxílios, acesso a materiais de higiene, orientação sobre os critérios de afastamento do trabalho em caso de comorbidades, orientação sobre os direitos no caso de desemprego e etc. Ainda que parte dos elementos citados derive da efetiva execução da política pública, as informações sobre o seu acesso têm sido historicamente postas como competência de assistentes sociais na dinâmica do trabalho multiprofissional.

Além de já estar previsto o quanto a pandemia contribuiria para o aumento de desigualdade e logo de requisições ao trabalho de assistentes sociais, também estava previsto que, nos termos de Caetano Veloso, "a vida é real e de viés". Ou seja, os processos de guarda, as adesões a outros tratamentos de saúde, o trabalho nos Centros de Atenção Psicossociais, as orientações sobre as condicionalidades do programa bolsa família e tanto outros exemplos que poderiam ser dados,

não perderiam sua importância com a pandemia, logo não poderiam levar. Por isso tudo podia já se afirmar: o Serviço Social não pode parar.

Mas, se o Serviço Social é imprescindível nessa sociedade. Mais ainda é a vida e a saúde de seus e suas profissionais. Aqui, que em minha opinião, se expressa explicitamente a particularidade. Pois desde o início da pandemia foi possível observar diferentes respostas e arranjos do trabalho de assistentes sociais a depender do espaço socioocupacional inserido. Por exemplo, no poder judiciário assistentes sociais foram logo colocados/as no trabalho remoto; na assistência social tiveram diferentes modalidades de trabalho, a depender do estado ou município em que estavam vinculados (o que expressa a histórica dificuldade de comando central da política); na saúde, ao contrário da maioria, houve um intensificação da força trabalho presencial; assistentes sociais de empresas também tiveram ao menos duas modalidades, trabalho remoto nas empresas públicas e continuidade do trabalho nas empresas privadas e etc.

Se a inserção na modalidade do trabalho remoto foi distinta, a depender de cada espaço socioocupacional, cabe ainda dizer que existiram e existem distinções a mais. No trabalho remoto o controle da força de trabalho tem sido distinta entre aqueles que estão no trabalho das políticas públicas e das empresas, havendo nessa últimas um controle de uso efetivo do computador, por exemplo.

No trabalho presencial, o acesso a Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) variou desde o início a depender do espaço de trabalho, havendo uma melhor disponibilidade desses nos serviços de saúde, especialmente os de atenção hospitalar.

Todos esses exemplos demonstraram o quanto a reivindicação por condições de trabalho se fortalecem quando assistentes sociais se articulam com seus colegas de outras profissões, pois não houve e não haverá a mesma para todas/os as/os assistentes sociais. Nesse sentido, entendemos que a pandemia explicitou a real necessidade de organização sindical por ramo de atividade.

É nesse contexto – entre uma concepção de totalidade da profissão, mas da necessidade de apreensão das particularidades das suas requisições nos diferentes espaços de trabalho – que devem ser pensadas as requisições no contexto da pandemia. Na impossibilidade de responder ao seu conjunto, indico que houve em comum as seguintes requisições nos diferentes espaços de trabalho:

1. socialização de informações sobre a Covid-19 de forma a evitar a sua propagação e orientação sobre os direitos nesse contexto, requisitadas pela população usuária;
2. recurso as tecnologias da informação e comunicação no trabalho profissional, requisitadas tanto por empregadores, trabalhadores e usuários, portanto, com distintas intencionalidades;
3. de empregadores, para que os profissionais, em virtude de uma situação de calamidade que a pandemia suscita, respondessem a todas as requisições no seu imediato.

Como podemos ver nas requisições 2 e 3 estão postas, por parte dos empregadores a redução da qualidade do atendimento, sendo tratado, na prática como favor. E no seu horizonte a desprofissionalização. Na medida em que é isso o que ocorre quando uma profissão executa ações que não lhe cabe na divisão social e técnica do trabalho. Por trás disto, estão nítidas que

com as características da pandemia, as persistentes requisições são repostas – as equivocadas e as coerentes – para a profissão.

3) O trabalho de assistentes sociais, principalmente na área da saúde, se mostra como partícipe dos serviços essenciais. Após um ano e meio de pandemia como você analisa a essencialidade dessa especialização do trabalho coletivo? Em seu texto “A pandemia do coronavírus (COVID-19) e o trabalho de assistentes sociais na saúde”, divulgado em abril de 2020, você elenca nove itens estratégicos para atuação de assistentes sociais na saúde, qual balanço desses elementos um ano depois?

Conforme já sinalizei, entendo que a pandemia da Covid-19 explicitou que o trabalho de Assistentes Sociais é fundamental na atualidade. Isso pode ser confirmado, porque apesar dos diferentes espaços socioocupacionais e condições de trabalhos – remota ou presencial – as requisições para o trabalho profissional não diminuíram, ao contrário.

O Sistema Único de Saúde (SUS) trata-se, na sua origem, em uma estratégia do movimento sanitário, sendo composto por uma rede de serviços com diferentes níveis de complexidade. Na atenção terciária, que envolve os hospitais, tem tido uma intensificação da força de trabalho em virtude do volume de atendimentos nas situações de agravo em decorrência da Covid-19. Desde o início da pandemia esse nível de atenção vem trabalhando mais ainda, e se expõe a riscos maiores também. No entanto, no SUS também existem a atenção secundária (os ambulatórios especializados, por exemplo) e a atenção primária (composta pelos postos de saúde, Estratégia Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde). Ainda que esses dois níveis de atenção nunca tenham parado, no início da pandemia, tiveram, em geral, sua rotina alterada, com suspensão de parte dos atendimentos considerados em situações estáveis no acompanhamento. Na realidade todas as instituições de saúde tiveram suas rotinas alteradas, visando a redução da circulação de pessoas nos seus espaços, evitando, assim, a propagação do contágio. Tal medida, vinha na expectativa de outras ações por parte dos gestores públicos de controle da circulação das pessoas, que efetivamente, não ocorreram. Assim, os serviços de saúde que reduziram esta circulação, tiveram que reabrir – apesar do aumento das taxas de Covid-19 – porque os outros agravos em saúde também precisavam dos seus efetivos acompanhamentos.

Assim, Assistentes Sociais dos diferentes serviços de saúde, trabalham atualmente sobre o tema da Covid-19, mesmo naquelas unidades de saúde que não atendem diretamente pessoas com seus sintomas. Pois uma dimensão fundamental dessa pandemia é a prática educativa de socialização de informações sobre a prevenção, que na prática – ainda que referendadas por organismos como a Organização Mundial da Saúde e a Fundação Oswaldo Cruz – trata-se de uma ação contra hegemônica, uma vez que o governo federal, desde o início nega o potencial de letalidade da pandemia, ironiza ações de prevenção e não investiu no financiamento para pesquisas e aquisições das vacinas. Essa prática educativa, componente intrínseco do trabalho profissional, certamente será um legado do Serviço Social no efetivo enfrentamento a pandemia. Nas unidades hospitalares de atendimento a pessoas acometidas pela Covid-19, trabalhadores de saúde no seu conjunto – da portaria a UTI – trabalham muito desde o início e sob tensão, uma vez que os aprendizados para evitar o contágio, vem se dando processualmente de acordo com as descobertas sobre a doença. Assim, a luta pela informação e acesso aos equipamentos de proteção individual e coletiva, são constantes.

Como prevíamos, nesse ambiente análogo a uma calamidade, haveria a tendência de um chamamento de que todos deveriam fazer tudo. Tal questão se confirmou, pois Assistentes Sociais dos serviços hospitalares costumam indicar uma série de requisições indevidas, como: informações para familiares ou amigos sobre quadro clínico, informe sobre a transferência de unidade de saúde, comunicação de evasão de pessoas que estavam internadas, solicitação para que familiares compareçam a unidade para que seja informada sobre óbito ou a própria comunicação de óbitos. Tais requisições são expressões de uma série de requisições equivocadas, para qual a categoria profissional já tem acúmulo e argumentos – notadamente as resoluções do Conjunto CFESS-CRESS – para o seu enfrentamento.

A experiência da pandemia vem mostrando que naquelas equipes em que já havia um trabalho de Serviço Social estruturado – com projeto de intervenção e reuniões de equipe – o enfrentamento as requisições indevidas se deu de forma mais fortalecida, ainda que não sem tensões. Nessa direção entra aqui a importância da articulação entre o trabalho e a formação profissional e da qualificação para a intervenção profissional, bem como a necessidade da troca permanente de saberes diferenciados entre Academia e Serviços.

4) No tocante à formação profissional, estamos diante de um quadro de profundos ataques à educação pública, com cortes no orçamento, uma política negacionista, precarização das relações de trabalho e ataques à liberdade de pensamento e de expressão, dentre outros. Como você vê os desafios para a formação profissional em Serviço Social diante deste contexto, que se aprofunda com o ensino remoto?

As entidades da categoria profissional, com destaque para a Abepss e a Enesso, mas também o Conjunto CFESS-CRESS, vem a anos enfrentando uma luta, com existência de diversos posicionamentos e documentos orientadores, contra a mercantilização do ensino e em defesa da sua qualidade.

Falar da qualidade do ensino implica várias questões a exemplo do financiamento para pesquisa e para a garantia da permanência de estudantes. Mas, aqui queria ressaltar que a qualidade do ensino passa também pela liberdade do conhecimento, que estimule um pensamento sem amarras, que indique aos/as estudantes novas veredas do pensamento. A Universidade precisa ser um lugar onde o ensino garanta uma formação ético-política sintonizada com a liberdade, na concepção tratada em nosso código de ética. Não se trata de trazer apenas uma leitura da realidade, mas ampliá-la para que os estudantes possam ter acesso as suas diferentes interpretações e realizarem conscientemente suas escolhas. Nesse sentido, a Universidade é o local do debate, das polêmicas, da irreverência, desde que potencializem a autonomia das pessoas. Não pode ser o lugar da repressão, da obscuridade, da negação do próprio conhecimento científico.

Antes mesmo da posse Bolsonaro a Universidade já estava sofrendo controle para o não exercício do pensamento livre, a exemplo dos vários projetos denominados de "escola sem partido", que na realidade, tem um partido: o do controle, do pensamento único não científico e da repressão.

A invasão da moralidade conservadora na formação profissional em Serviço Social é muito arriscada, pois Assistentes Sociais lidam com uma parcela da população – em geral os estratos com menor remuneração da classe trabalhadora em sua diversidade – que já sofrem inúmeras violações dos seus direitos e não precisam ser atendidos por profissionais que não se atentem

para ressaltar a importância da igualdade de direitos entre raças, etnias, gêneros, gerações, orientação sexual etc. Ou sendo pior ainda: profissionais que reforcem, naturalizando nos seus procedimentos interventivos junto a população, a desigualdade nas suas diversas dimensões. Uma educação de qualidade – com reflexão ético-política, densidade teórica e análise teórico-prática – só se faz presencialmente. Esse é o risco do ensino remoto. Por isso, precisamos estar atentos e atentas, pois quando do arrefecimento da pandemia, precisaremos garantir a volta do ensino presencial.

O ensino remoto está tendo a sua importância, pois a pandemia está durando mais do que prevíamos e não podíamos ficar tanto tempo sem contato com nossos estudantes. Pois, como toda a população, estão sofrendo os impactos do distanciamento social – vide relatos de agressões nas famílias, de tristezas e etc. Assim, ainda que em condições ruins, estamos tentando reforçar o papel da Universidade. Mas, o lugar do nosso projeto de formação profissional, delineado nas diretrizes curriculares da Abepss é nas salas de aula, nas reuniões de pesquisas, nas atividades de extensão nos espaços da cidade, nas assembleias ombro a ombro de discentes, docentes e técnico-administrativos etc.

5) Qual o papel das entidades organizativas da profissão nesse momento? Como você avalia as respostas construídas até aqui?

Conforme destacado no início da entrevista, o Serviço Social brasileiro, desde fins de 1970, vem construindo um projeto de ruptura com o conservadorismo que marcou as suas origens e, conseqüentemente, caracterizou a criação das nossas entidades representativas, como a Abepss, criada em 1946 e o Conjunto CFESS-CRESS, que iniciou suas gestões em 1963. Os processos de tensionamento para a renovação e, em seguida, os processos de ruptura, também foram vivenciados por essas entidades. Assim, estamos querendo explicitar que para haver a virada teve que ter processo. Na Abepss, o processo se deu no tensionamento para a construção do Currículo Mínimo aprovado pela categoria em 1979 e pelo MEC em 1982. Nos CRESS, em geral, por meio de disputas entre chapas na década de 1980. E no CFESS a partir da segunda metade de 1980, sendo o código de ética de 1986 e as primeiras eleições diretas para o CFESS em 1987 significativas expressões. A virada nas nossas entidades, de acordo com a bibliografia, se deu na Abepss em 1981 com Josefa Batista Lopes na presidência e no CFESS, em 1990 com a presidência de Marlise Vinagre.

Estou recuperando a história porque compreendo que a escolha ético-política de companheiras naquele momento histórico de disputar a direção das nossas entidades foi uma ação estratégica fundamental. Em alguns países há uma profusão de criação de entidades, fruto das discordâncias nas suas conduções. Aqui as discordâncias existiram e existem, mas se deu no debate direto e franco sobre os projetos em disputa na condução das entidades.

A renovação da Abepss e do Conjunto CFESS-CRESS nos seus quarenta anos, aproximadamente, mostrou que o caminho estava certo. Essas entidades possuem legitimidade frente à categoria profissional. Não há um episódio da profissão na história, que a categoria não requisite das direções dessas entidades um posicionamento, antes mesmo de encaminhar suas decisões no cotidiano do trabalho. Assim, também foi e é com o trabalho profissional no contexto da pandemia da Covid-19.

Quando escrevi o citado artigo, que foi divulgado em abril de 2020, logo escrito em março, no mês que o país começou – de forma contraditória, sem comando único, vide a ausência do

Ministério da Saúde na verdadeira condução do enfrentamento a pandemia – todos os sítios eletrônicos consultados dos CRESS havia posicionamentos e /ou orientações para Assistentes Sociais sobre a pandemia. Além, é claro da página do CFESS.

A Abepss também teve desde então um rápido posicionamento sobre o impacto do distanciamento social, imposto pelas formas de contágio da Covid-19, e na consequente utilização do recurso do ensino remoto, bem como a discussão sobre o estágio nesse contexto. Enfim, não tenho dúvidas de que as entidades citadas deram uma rápida resposta as questões, acompanhando permanentemente as requisições postas no contexto da pandemia. Isso é uma nítida expressão da materialização do projeto ético-político do Serviço Social. Sendo mais contundente e verdadeiro: foram as entidades e profissionais vinculados ao projeto ético-político do Serviço Social (por meio da intervenção profissional, projetos de extensão, divulgação de textos, *lives* realizadas etc) que deram respostas as questões que emergiram do cotidiano de trabalho no contexto da pandemia. É significativo – e isso pode ser fruto de objetos de pesquisa – o silêncio do Serviço Social que se intitula libertário, plural ou conservador, sobre os desafios postos ao trabalho profissional na pandemia. Logo esses segmentos que apontam – equivocadamente – que o projeto ético-político do Serviço Social não dá respostas às questões da "prática" do Serviço Social!

Assim, retomo ao início dessa resposta, recuperando como foi acertada e estratégica a renovação crítica da profissão e a direção que se assenta, desde então, nessas entidades. No ano em que o Serviço Social brasileiro comemora seus 85 anos de existência, podemos afirmar que é o projeto ético-político o único, até o momento, que possui capacidade para dar às respostas necessárias as requisições postas ao trabalho e a formação profissional em Serviço Social. Parabéns a profissão e aos seus e as suas profissionais.

Maurílio Castro de Matos

Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000). Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2009) e pós-doutor em Política Social pela UnB (2018). Professor Adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), integrando, atualmente, a Coordenação de Pós-graduação em Serviço Social. Tem larga experiência na intervenção profissional com destaque para o trabalho, como servidor público, na Secretaria de Desenvolvimento Social de São Gonçalo (1998-2002) e na Secretaria Municipal de Saúde de Duque de Caxias (2001-2020). Tem intensa participação nas entidades de organização política da categoria de assistentes sociais, ENESSO, ABEPSS, e Conjunto CFESS-CRESS, tendo sido presidente do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na gestão 2014-2017.
